



EDITAL

Informam-se todos os interessados que nos termos do Artigo 14º. nº. 1 e 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, foi convocada uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal,, para o dia 28 de setembro de 2015, pelas 21.00h, no Grupo Desportivo e Recreativo 1º de Maio, Bairro da Varzinha. 2900-721 Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

A) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

B) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. DISCUÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA N.º2 DA SESSÃO DE 28/04/2015;
2. DISCUÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA Nº 3 DA SESSÃO DE 11/06/2015;
3. APRESENTAÇÃO E DISCUÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE;
 - 3.1 DISCUÇÃO E APRECIACÃO DO CONTROLO ORÇAMENTAL – RECEITA E DESPESA;
4. APRECIACÃO DA NORMA DE CONTROLO INTERNO;
5. DISCUÇÃO E VOTAÇÃO DA ADESÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL AO CONTRATO DE AUTONOMIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA DU BOCAGE;
6. DISCUÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO;
7. DISCUÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE PARECER SOBRE OS DIPLOMAS REFERENTES AOS PROJETOS DE LEI NÚMEROS 980/981/982/XII, A SABER:

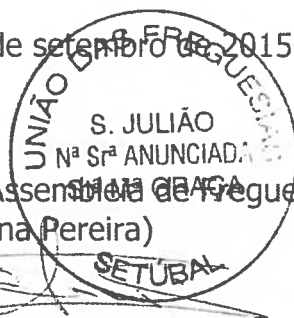
Projeto de Lei nº 980/XII (Criação da Freguesia de Santa Maria da Graça, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal), da iniciativa do Partido Comunista Português;

Projeto de Lei nº 981/XII (Criação da Freguesia de São Julião, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal), da iniciativa do Partido Comunista Português;

Projeto de Lei nº 982/XII (Criação da Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal), da iniciativa do Partido Comunista Português;

Setúbal, 21 de setembro de 2015

A Presidente da Assembleia de Freguesia
(Ana Pereira)





SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

ATA Nº 04/2015 EM MINUTA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal em sessão ordinária, na sede do GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO 1º de Maio, Bairro da Varzinha, 2900-721 SETUBAL. -----
Foi Presidida por Ana Isabel Espada Pereira, secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço como 1ª secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança como 2ª secretária. Estiveram presentes todos os eleitos conforme folha de presenças assinada. -----

C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA Nº 2 DA SESSÃO 28/04/2015;-----

Aprovada por maioria _____;

Reprovada _____;

2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA Nº 3 DA SESSÃO 11/06/2015;-----

Aprovada por maioria _____;

Reprovada _____;

4. APRECIÇÃO DA NORMA DE CONTROLO INTERNO; -----

Aprovada — _____;

Reprovada — _____;

5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ADESÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL AO CONTRATO DE AUTONOMIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA DU BOCAGE;-----

Aprovada 2 _____;

Reprovada 2 _____;

6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO; -----

Aprovada por unanimidade _____;

Reprovada _____;

7. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE PARECER SOBRE OS DIPLOMAS REFERENTES AOS PROJETOS DE LEI NÚMEROS 980/981/982/XII, A SABER:



Projeto de Lei nº 980/XII – Criação da Freguesia de Santa Maria da Graça, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal, da iniciativa do Partido Comunista Português; -----

Aprovada por unanimidade _____ ;

Reprovada _____ ;

Projeto de Lei nº 981/XII – Criação da Freguesia de São Julião, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal, da iniciativa do Partido Comunista Português; -----

Aprovada por unanimidade _____ ;

Reprovada _____ ;

Projeto de Lei nº 982/XII – Criação da Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal, da iniciativa do Partido Comunista Português;

Aprovada por unanimidade _____ ;

Reprovada _____ ;

Para efeitos do nº 3 do Artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações dos pontos números 1; 2; 3; 4; 5; 6 e 7, constantes da ordem de trabalhos e acima discriminados, foram aprovados em minuta da ata por unanimidade. -----

A Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram doze horas e vinte minutos dois mil e quinze. -----

A PRESIDENTE Ana Pereira _____

A 1ª SECRETÁRIA Demetria Fogaça _____

A 2ª SECRETÁRIA Demetria Fogaça _____

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE
FREGUESIA DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
SETÚBAL DO MUNICÍPIO DE SETÚBAL, REALIZADA
AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO
ANO DOIS MIL E QUINZE**

ATA Nº 4/2015

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal do Município de Setúbal, na sede do Grupo Desportivo e Recreativo 1º de Maio, sito no Bairro da Varzinha, 2900-721 Setúbal. -----

A Mesa da Assembleia foi presidida por, **ANA ISABEL ESPADA PEREIRA (PS)**, secretariada por Donatilia Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) como segunda secretária. -----

Compareceram os seguintes membros:-----

Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária -----

Ilda Fernandes Alves; Mário Fernando dos Santos Peixoto; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Maria de Fátima Fernandes Ferreira; António José de Oliveira Freixo; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto. -----

Bancada do PS – Partido Socialista -----

Paulo Alexandre Tavares Gomes; Paulo Jorge Oliveira da Silva; Pedro Alexandre Gonçalves Conde de Jesus; João Vítor Miranda Inácio.-----

Bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP -----

Pedro Gaivéo Duarte Luzio; Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto; Carlos Alberto Calçada Cunha; Paulo José Teixeira da Silva Mateus. -----

Bancada do BE – Bloco Esquerda -----

Silvana Cassaca Parreira Paulino. -----

EXECUTIVO DA JUNTA -----

Presidente – Rui Manuel do Rosário Canas (CDU);-----

Tesoureiro – Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU); -----

Vogal - Joaquim Mário Augusto Guerreiro (CDU); -----

Vogal – Nuno Miguel Rodrigues Folques (CDU); -----

Vogal – Carlos Manuel dos Reis Branco (BE); -----

Vogal - Maria Luís Alves da Silva Nunes (CDU); -----

Não compareceram os seguintes membros: -----

João Luís de Matos Barreiros Poeira (CDU) substituído por Mário Fernando dos Santos Peixoto (CDU); Gertrudes Rosária da Silva Moura (CDU) substituída por Ilda Fernandes Alves (PEV); Ciro de Sá Silva (PS) substituído por Pedro Alexandre Gonçalves Conde de Jesus (PS), uma vez que Ana Lúcia de Castro Godinho (PS) também apresentação o devido pedido de substituição; Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si), substituído por Carlos Alberto

Calçada Cunha (Coligação Por Setúbal, Por Si); Maria Cristina Pires Diz Viegas (Coligação Por Setúbal, Por Si) substituída por Paulo José Teixeira da Silva Mateus (Coligação Por Setúbal, Por Si) e Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (CDU) secretária do Executivo (por estar na Sessão da Câmara). -----

A Presidente da Mesa após cumprimentar todos os presentes e de agradecer, em nome da Assembleia de Freguesia, ao Grupo Desportivo e Recreativo 1º de Maio pela cedência da sala, que assim proporcionaram mais uma sessão descentralizada promovendo a proximidade da população aos eleitos concedendo-lhes a hipótese de intervirem na sessão expondo os seus problemas, deu por aberta a Sessão quando eram vinte e uma horas. Seguidamente, fazendo uma breve referência disse ter recebido, no passado mês de Julho uns pedidos de parecer da Assembleia da República, os quais constam na ordem de trabalhos; referiu ainda que, na altura, tinha considerado fazer uma Assembleia extraordinária, no entanto constatou que não seria necessário uma vez que não haveria nenhuma reunião do Parlamento até final do mandato e que por esse motivo este assunto poderia ser debatido na Sessão da Assembleia em setembro. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Junta perguntou se tinha algumas respostas para entregar à Mesa referentes aos requerimentos sobre os assuntos que lhe tinham sido apresentados na última sessão. -----

Teve a palavra o senhor Presidente da Junta, Rui Canas, que após cumprimentar todos os presentes e agradecer à respetiva coletividade a cedência da sala, informou que os serviços administrativos da Junta já tinham enviado, a todos os interessados, os documentos anteriormente solicitados. -----

Seguidamente a **Presidente da Mesa** procedeu à chamada registando as presenças e os pedidos de substituição de alguns membros, por não poderem estar presentes, a saber: Gertrudes Rosária da Silva Moura (CDU) com o pedido de substituição registado com a entrada 4245 (**anexo 1**), sendo substituída pelo membro seguinte na lista da CDU e pertencente ao Partido dos Verdes, Maria Eusebia da Ascensão Gomes Matias, que por sua vez apresentou renúncia de mandato (**anexo 2**), sendo substituída pelo membro seguinte na lista do mesmo Partido, Ilda Fernandes Alves, que tomou posse, tendo sido investido nas suas funções após verificada a legitimidade e a identidade da eleita pela Presidente da Mesa e esta ter prestado o juramento legal (**anexo 3**); João Luís de Matos Barreiros Poeira (CDU) com o pedido de substituição registado com a entrada 4248 (**anexo 4**), tendo sido substituído pelo membro Mário Fernando dos Santos Peixoto (CDU); Ciro de Sá Silva (PS) com o pedido de substituição (**anexo 5**), e Ana Lúcia de Castro Godinho (PS) com o pedido de substituição registado com a entrada 4247 (**anexo 6**), tendo sido substituído pelo membro Pedro Alexandre Gonçalves Conde de Jesus (PS); Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si) com o pedido de substituição registado com a entrada 4250 (**anexo 7**), tendo sido substituído por Carlos Alberto Calçada Cunha (Coligação Por Setúbal, Por Si) e Maria Cristina Pires Diz Viegas (Coligação Por Setúbal, Por Si) com o pedido de substituição registado com a entrada 4251 (**anexo 8**), tendo sido substituída por Paulo José Teixeira da Silva Mateus (Coligação Por Setúbal, Por Si). Após o registo das presenças a Presidente da Mesa solicitou que fosse feito um minuto de silêncio em memória do senhor Casimiro, antigo membro da Assembleia de Freguesia e do Executivo de Santa Maria da Graça no anterior mandato e que havia falecido derivado a doença grave e prolongada. Seguiu-se o minuto de silêncio. -----

Seguidamente a Presidente da Mesa deu por aberto o **Período destinado à intervenção do público**. Teve a palavra o senhor **José Correia Lopes** que após cumprimentar os presentes, apresentou dois assuntos que gostava de ver resolvidos e começou por referir que na zona onde residia, mais propriamente na Av. de Moçambique, junto à Praceta de Diu, existiam umas árvores cujas raízes estavam a danificar o passeio de tal forma que prejudicavam a passagem aos peões, provocando-lhes quedas, para além de que também danificavam não só os alicerces dos edificios como também as canalizações e os esgotos. Para além deste assunto, referiu também que o estacionamento

indevido dos veículos em cima dos passeios, dificultava, em muito, a passagem dos peões, principalmente quando acompanhados de crianças e/ou carrinhos de bebé. -----

Seguidamente a Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor **Elódio Alberto** o qual expôs dois assuntos que gostava de ver resolvidos; o primeiro estava relacionado com os carros que passavam a alta velocidade junto do Campo de Futebol, numa estrada que estava em péssimas condições e onde circulavam crianças, sugerindo que fossem colocadas lombas. O segundo problema tinha a ver com a circulação de camionetas às seis horas da manhã, que em vez de seguirem em frente saíam pelo lado contrário incomodando quem estava a descansar. -----

Seguidamente a Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor **Carlos Portela** que após cumprimentar todos os presentes referiu estar a representar a Associação de Moradores da Aldeia Grande a fim de fazer publicamente um agradecimento à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal, principalmente ao senhor Presidente da Junta, Rui Canas, pelo apoio e ajuda nas intervenções de melhoramento na Aldeia Grande. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor **Antonio Rui Assembleia da Cunha Santos**, morador no Bairro da Varzinha há 32 anos, que após cumprimentar todos os presentes referiu que os contentores do lixo precisavam de ser substituídos, uma vez que estavam em péssimas condições, pois para além de nunca terem sido limpos pelos serviços da Câmara também nunca tinham sido substituídos e quem os lavava era ele, no entanto os produtos estavam caros e presentemente a situação tinha piorado porque as pessoas deitavam o lixo nos contentores sem proteção derivado aos sacos plástico que eram dados, terem que ser pagos. Continuando a sua intervenção solicitou a rega das plantas que a Câmara colocou na Varzinha mas nunca as regou, referindo que a água está cara e compete à Câmara esse trabalho. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra à D. **Esperança Charneca**, moradora há 55 anos na Varzinha, a qual começou por solicitar que fossem feitas lombas na estrada para que os veículos circulassem com menos velocidade. Seguidamente solicitou que alguém dos serviços verificasse uma zona na Varzinha de onde sai um cheiro nauseabundo e ninguém sabe se é esgoto ou outra coisa, mas deveria ser arranjada urgentemente. Terminou a sua intervenção pedindo a desratização e limpeza da zona circundante à Padaria onde para além de lixo acumulado existe muita bicharada.---

A Presidente da Mesa esclareceu o público presente de que se tivessem alguma questão a colocar poderiam fazê-lo unicamente no período que estava a decorrer, ou seja naquele que estava destinado à intervenção do público e para isso tinham que se inscrever e falar perto do microfone para que todos ouvissem e ficasse gravado. Não havendo mais nenhum interessado a intervir a Presidente da Mesa deu por encerrado este ponto e deu a **palavra ao Presidente da Junta** para que respondesse às questões colocadas. Em primeiro lugar o Presidente da Junta, Rui Canas, agradeceu a quem lhe tinha colocado as referidas questões, realçando o facto de ser por esse motivo que se realizam as Sessões da Assembleia descentralizadas. Em seguida e **respondendo** ao senhor **José Correia Lopes** disse que a Câmara já tinha começado a intervir na área da Av. de Moçambique, cortando as raízes que estavam a danificar o pavimento e quanto ao problema do estacionamento estavam a estudar a melhor solução. Em resposta ao senhor **Elódio Alberto** respondeu que as lombas, como redutores de velocidade, já estavam previstas assim como a colocação de um passeio em “pavê” em toda a zona circundante ao Campo de Futebol e no que respeitava à circulação das camionetas às 6 horas da manhã, a Junta iria contactar a TST, a fim de expor o assunto e solicitar a alteração da rota de modo a que circulem na zona exterior do Bairro. Em resposta ao senhor **António Assembleia** sobre a lavagem e/ou substituição dos contentores do lixo, informou que a Junta iria contactar os respetivos serviços Municipais solicitando que o fizessem e o mesmo seria feito quanto à rega das plantas, que tinham sido colocadas pelos serviços da Câmara. Terminou a sua intervenção, respondendo à D. **Esperança Charneca**, que tanto o assunto da fossa e/ou esgoto pluvial, o qual emanava um cheiro nauseabundo, como a desratização na zona da padaria, ambos os assuntos

teriam que ser tratados pela Câmara Municipal, no entanto a Junta iria contactá-la neste sentido para que algo fosse rapidamente feito. -----

Seguidamente a Presidente da Mesa, uma vez não haver mais intervenções do Público deu por encerrado este ponto, dando por aberto o **Período antes da ordem do dia** e informou que tinham chegado à Mesa quatro documentos, a saber; 1- **Recomendação do Bloco de Esquerda – sobre os maus-tratos aos animais** (anexo 9); 2- **Moção do PS – sobre o IMI** (anexo 10); **duas Moções da CDU : 3 - Moção - Sobre a situação dos refugiados e imigrantes na Europa** (anexo 11); **4 - Moção – Não à realização dos exercícios militares da NATO na Baía do Sado** (anexo 12); -----

A Presidente da Mesa dirigindo-se à bancada do Bloco de Esquerda, solicitou que fosse lida a **Recomendação** (doc. 1) - **sobre os maus-tratos aos animais** (anexo 9). -----

Após leitura da recomendação a Presidente da Mesa dirigindo-se à bancada do Partido Socialista, solicitou que fosse lida a **Moção** (doc. 2) – **Sobre o IMI** (anexo10). Após leitura colocou a mesma para discussão. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, **Jorge Martins**, referindo que o IMI surge com o Governo PS. Quando referem que foi opção da Câmara, não é verídico, pois foi por imposição do Governo que se aplicou a taxa máxima e seria ótimo que a Câmara a pudesse baixar à semelhança de outras Câmaras CDU em que se aplica a taxa mínima. Terminou referindo que em tempo de contenção não seria muito lógico gastar dinheiro com a publicação da Moção, sugerindo que se poderia dar a conhecer sem ser através de publicidade paga. -----

Teve a palavra o membro da bancada Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paul Mateus**, referindo que o Governo impôs a taxa máxima no IMI, derivado ao grande endividamento da Câmara.-----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, **António Freixo**, referindo que estavam a 28 de novembro a cinco dias das Eleições Legislativas e não das Autárquicas. Referiu, ainda, que sabiam o motivo da aplicação da taxa máxima de 0,5%, pois estava relacionado com o Executivo Camarário anterior que tinha deixado a Câmara na ruína tendo o atual Executivo Camarário CDU, que pedir um empréstimo de nome “Contrato de Equilíbrio Financeiro” o qual implicou que a ministra, Manuela Ferreira Leite, exigisse que as taxas municipais em Setúbal fossem aplicadas pelo máximo valor. Terminou referindo que não era de bom-tom estar mencionado numa Moção a forma como o Presidente da Junta tinha votado em Sessão de Câmara, para além de que também não tinha lógica discutir-se um assunto cujo motivo todas as bancadas o sabiam e com a agravante de não haver outra alternativa. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, **Paulo Gomes**, que após cumprimentar os presentes dirigiu-se ao Grupo Desportivo e Recreativo 1º de Maio não só como forma de agradecimento pela cedência da sala, como também para expressar o carinho muito especial que lhe tinha, uma vez que nele passara oito anos da sua juventude a jogar, facto que contribuiu para a sua formação enquanto jovem, resultando que sentisse uma forte ligação, não só ao clube, como também aos moradores mais antigos desta zona e salientou que “muito do que somos hoje passa por aquilo que fizemos quando eramos mais novos” e agradeceu a todos que o ajudaram fazendo questão de referenciar três nomes importantes, dois saudosos o senhor Custódio Canto e o senhor Coelho e um terceiro que já ali não estava e que tinha sido condecorado pela cidade, o senhor Mário Mestre, Presidente dos Pelezinhos. Seguidamente e referindo-se ao IMI disse que em 2006, quando tinha sido feito o “Contrato de Equilíbrio Financeiro” havia uma dívida de cinquenta e seis milhões de euros, ou seja o contrato tinha servido para pagar essa dívida e já tinham passado dez anos, pelo que já deveria estar paga e assim sendo o IMI deveria baixar, no entanto por opção política a Presidente da Câmara não o fez. Terminou a sua intervenção fazendo referência a uma frase que o Secretário-geral do Partido Comunista, Gerónimo de Sousa tinha dito numa entrevista, ou seja “As famílias portuguesas podem contar connosco”, no entanto isso não se aplicava às famílias da União das Freguesias de Setúbal, porque essas não podem.-----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, **Jorge Martins**, dizendo que gostaria de clarificar a questão das famílias numerosas que pagavam o mesmo IMI que as menos numerosas, uma vez que não haveria Câmara, fosse de que partido fosse, que estivesse de acordo. Isso seria uma discriminação que não tinha a ver com os valores dos rendimentos e deu o seguinte exemplo: - uma família com dois filhos que recebesse o vencimento mínimo, pagava o mesmo que uma família com dois filhos mas que recebesse três mil euros, ninguém concorda com isto. Terminou referindo que o PC (Partido Comunista) está sempre de acordo com quem conseguir diminuir a taxa do IMI no caso concreto da Câmara de Setúbal, isso seria ótimo. Acrescentou ainda que se alguém tivesse o documento que permitisse a descida do IMI em Setúbal que o facultasse, pois certamente ninguém é mais apologista da descida do IMI que a CDU. Mas parece que ninguém tem o documento que permite desmentir a verdade da obrigatoriedade da Câmara Municipal em aplicar a taxa máxima de IMI, mas é o nosso compromisso se conseguirmos somos os primeiros a levantar essa questão -----

A **Presidente da Mesa** referiu que, excepcionalmente e no fim das intervenções iria conceder a palavra ao senhor Presidente da Junta, para que o fizesse, exclusivamente, em defesa da honra, uma vez que foi mencionado o seu nome na Moção, pois em casos normais não poderia intervir acerca da Moção. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, **Paulo Gomes**, referindo que, para quem lidava com números, uma vez não ser uma distribuição equitativa e de uma forma leal para com todas as famílias, até concordava com o que tinha sido dito pelo membro da bancada da CDU, Jorge Martins. Terminou a sua intervenção referindo que tinha sido eleito na União das Freguesias de Setúbal para defender as famílias da freguesia, portanto o que lhe importava era o IMI que se aplicava em Setúbal e esse era aplicado pela taxa máxima de 0,5% como decisão política e com o qual não concordava. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, **Alberto Pereira**, esclarecendo e explicando que quando a Câmara assinou o contrato tinha ficado expresso que teria sempre que cobrar, qualquer cobrança, pelas taxas máximas. Continuou informando que quem levantava este assunto nas Sessões da Câmara era sistematicamente o PSD e/ou o CDS, até que o membro do CDS, Nuno Magalhães, como deputado da Assembleia da República, fez um requerimento à Direção Geral da Administração Local colocando a seguinte questão “A Câmara Municipal de Setúbal é ou não obrigada a cobrar pela taxa máxima todas as cobranças”; mas quando veio a resposta não a divulgaram, possivelmente foi dada por algum jurista que dizia: “sim, não, talvez, às vezes, nem sempre” e ficou por aí, nunca mais colocaram esta questão. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, que após cumprimentar os presentes, agradeceu a cedência da sala ao Grupo Desportivo e Recreativo 1º de Maio no qual foi treinador dos infantis com o senhor Custódio e o senhor Coelho, motivo que fazia com que também tivesse um carinho muito especial por este clube. Referiu que gostaria de esclarecer que a taxa está a 0,5% e na altura cobrava-se 7,2 milhões, mas passou para 24,4 milhões de euros, o que faz uma diferença anual de 17 milhões, havia uma dívida de 56 milhões a qual já subiu. No entanto se houvesse um executivo que se preocupasse as coisas seriam diferentes. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, **António Freixo**, referindo que tinha ficado espantado com as observações feitas de que recebiam 17 milhões de IMI e agora 30 milhões, principalmente por quem sabe fazer contas, esquecendo-se de referir que o governo, mais propriamente as finanças, tinham feito atualizações com as reavaliações dos prédios as quais tinham aumentado imenso apesar da aplicação da taxa ser na mesma de 0,5%, pois o que originou o aumento foram as reavaliações dos edifícios. Quanto à dívida, quando o PSD se refere a que era de 55 milhões e aumentou, torna-se caricato, pois está a esquecer-se da dívida do país que aumenta 9 mil milhões todos os anos e neste caso quando o governo pediu os 85 mil milhões porque é que também não pagaram a dívida do país ao FMI. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, referindo que uma vez que tinha havido aumento a dívida de 55 milhões já deveria estar paga. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor **Presidente da Junta** o qual começou por referir que a questão do IMI era simples e deveria ser explicada às pessoas. Quanto a ter que fazer uma intervenção em defesa da honra por ter sido mencionado numa Moção, uma tomada de posição que tinha tomado noutro órgão de carácter político, referiu ser inédito, nunca tinha visto uma coisa igual apesar de ter sido Presidente durante 12 anos, daí ter concluído que a intenção era denegrir a imagem do Presidente. No entanto passou a explicar que o governo ao cortar verbas às Câmaras e por sua vez às Juntas de Freguesia, fez com que as Câmaras dependessem das verbas dos IMIS e na altura a ministra das finanças, a nível excepcional, fez um contrato com duas Câmara que estavam endividadas, a de Setúbal e a de Marco de Canaveses, contrato esse que as obrigou a aplicar as cobranças pelas taxas mais altas. Uma vez que as Repartições de Finanças reavaliaram os imóveis aumentando-lhes o valor patrimonial, apesar da aplicação dos mesmos 0.5% na taxa do IMI os valores a pagar também aumentaram brutalmente. Terminou a sua intervenção referindo que quanto ao seu voto na Assembleia de Câmara, não tinha sido com o intuito de enganar ninguém, pois aquando da campanha eleitoral a CDU tinha distribuído comunicados a explicar a situação do IMI, para além de que a bancada da CDU tinha feito um requerimento dirigido à Direção Geral das Autarquias Locais solicitando esclarecimento sobre este assunto, de modo a baixar em Setúbal o IMI e havendo essa hipótese o seu voto seria a favor. -----

A **Presidente da Mesa** teve a palavra referindo que tinha estranhado o facto do membro da bancada da CDU, Jorge Martins, ter referido que a Moção poderia ser divulgada sem ser publicada por ser dispendioso, derivado a que, anteriormente, não tinham tido o mesmo procedimento com outras Moções com a mesma referência. Mencionou que também tinha estranhado o facto de terem estranhado o facto de estar mencionado numa Moção o nome do Presidente fazendo referencia ao voto que tinha exercido em Sessão de Assembleia de Câmara, pois sempre que um Presidente de Junta vota em algo em qualquer órgão que seja, está a tomar uma posição pela Junta de Freguesia, daí a que a Assembleia de Freguesia tenha todo o direito, sendo essa uma das suas funções, de questionar as suas tomadas de decisões. Terminou a sua intervenção *colocando a Moção para votação, tendo a mesma ficado aprovada com dez votos a favor (7 PS; 3 Coligação Por Setúbal, Por Si); sete votos contra do PCP e uma abstenção do Bloco de Esquerda.* -----

Pedi a palavra o membro da bancada da CDU, **Mário Peixoto**, referindo que a Presidente da Mesa deveria ser imparcial, sendo mais isenta e não tomar posições desempenhando o cargo para que foi eleita.

A **Presidente da Mesa em resposta** referiu que não tinha feito qualquer observação política sobre o conteúdo da Moção, apenas tinham sido feitas duas observações e intervenções transversais, motivo pelo qual referiu não admitir qualquer insinuação sobre a sua isenção. Seguidamente solicitou à bancada da CDU que lê-se o conteúdo da **Moção** (doc. 3) - **Sobre a situação dos refugiados e imigrantes na Europa** (anexo 11). Após leitura da referida Moção a Presidente da Mesa colocou a mesma para discussão e não havendo intervenções sobre o seu conteúdo foi a mesma colocada para votação, tendo ficado aprovada com catorze votos a favor e quatro abstenções. -----

Seguidamente a Presidente da Mesa solicitou à bancada da CDU que lesse o conteúdo da **Moção** (doc. 4) - **Não à realização dos exercícios militares da NATO na Baía do Sado** (anexo 12). Após leitura da Moção a Presidente da Mesa colocou a mesma para discussão. -----

Pedi a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Carlos Calçada**, começando por cumprimentar todos os presentes e em seguida referiu que a intervenção tinha sido analisado pelo Concelho Municipal de Segurança o qual chegou à conclusão que não haveria perigo algum, até pelo contrário havia todo o interesse em haver ações desse género. -----

Pedi a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, referindo que há 30 anos que era tropa e como fuzileiro fazia exercícios nesta zona do Estuário do Sado e

tinha ficado estupefacto com o que acabara de ouvir, pois estavam a ser ditas coisas que não tinham nada a ver com quem defendia a Pátria, por isso nem tinha palavras para dimensionar tal absurdo, pois havia demasiada ignorância sobre este assunto, falavam de coisas das quais não possuíam o mínimo de conhecimento para o fazer e não seria ele que iria explicar, no entanto a Moção entristeceu-o, para mais sendo de uma bancada da freguesia em que é eleito, é inacreditável.-----

Teve a palavra a membro da bancada da CDU, **Olinda Peixoto**, referindo que sobre estas intervenções militares sabemos muito pouco, quando existem em força estas demonstrações da Nato, há sempre mais qualquer coisa escondida; falando como mãe e como avó referiu que estes assuntos a preocupavam, pois poderá estar eminente uma terceira guerra mundial.-----

Após algumas trocas de opinião a Presidente da Mesa **colocou a Moção para votação**, tendo ficado **Reprovada por maioria, com oito votos a favor (7 PCP; 1 BE) e onze votos contra (7 PS; 4 Coligação Por Setúbal, Por Si)**. -----

Pediu a palavra a membro da bancada do Bloco de Esquerda, Silvana Paulino, referindo que queria deixar uma menção honrosa a Eusébio Camacho Campeão Europeu Veterano na modalidade de Biatle. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, solicitando, mais uma vez, as contas do ano passado referentes à despesa com o evento FESTASSO, Quanto aos apoios a Associações e/ou Coletividades Desportivas referiu que deveriam ter mais atenção, uma vez existir diferenças de uns para os outros, ou seja uns fazem atividades pontuais, outros têm atividades semanais, por isso as despesas também são diferentes, motivo pelo qual solicita que a Junta preste atenção pois a logística dos clubes não é igual e estes clubes necessitam de mais apoio pois são eles que cuidam da nossa juventude. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, que sobre o assunto exposto informou que a partir desta altura tudo seria diferente, uma vez já ter sido elaborado um regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, o qual constava num dos pontos da ordem de trabalhos para conhecimento e aprovação na presente Sessão de Assembleia. Informou, ainda, que com o referido Regulamento tudo seria distribuído equitativamente, no entanto até há presente data tinham-se esforçado para ajudar as Coletividades e/ou Associações dentro do possível e das solicitações que haviam sido feitas. -----

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa deu por aberto o Período da Ordem do Dia dando início ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos – Discussão e Aprovação da ata nº 2 da Sessão de 28/04/2015**. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa informando que na página nº 4 da ata 2 no título da moção - A Água é um bem publico não pode ser privatizada – a palavra privatizada está incompleta. Seguidamente perguntou se havia mais alguma intervenção sobre a ata.-----

O membro da bancada do Bloco de Esquerda, Silvana Paulino, alertou para um erro ortográfico que estava na quarta linha da página oito na palavra parceria tinha um (e) a mais. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao ex-membro da Assembleia senhor Carlos Branco, o qual referiu que na página 12, da mesma ata, onde está mencionado nas duas Moções deveria dizer no controlo orçamental. -----

A Presidente da Mesa não havendo mais intervenções **colocou a ata nº 2 de 28/04/2015 para aprovação com as devidas alterações, tendo a mesma ficado aprovada com quinze votos a favor e quatro abstenções de membros que não estiveram presentes nessa sessão**. -----

Seguidamente passou ao **segundo ponto da ordem de trabalhos – Discussão e Aprovação da ata nº 3 da Sessão de 11/06/2015**, colocando a mesma para discussão e não havendo intervenções colocou a mesma para aprovação, tendo ficado **aprovada com catorze votos a favor e cinco abstenções de membros que não estiveram presentes**. -----

Seguidamente deu por aberto o **terceiro ponto da ordem de trabalhos – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE**;-----

Teve a palavra o **Presidente da Junta, Rui Canas**, referindo que a finalidade deste documento é espelhar o que a Junta fez nestes últimos três meses, no entanto e apesar de estar melhor que o anterior ainda lhe faltam alguns pormenores pois é difícil especificar todos os trabalhos realizados derivado há multidiversidade dos mesmos.-----

Teve a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que já tinha pedido na ultima sessão que descriminassem as reuniões que foram feitas com as diversas entidades, assim como os assuntos tratados, para que pudessem, não só quantificar os pedidos e faltas, como também para que tivessem uma melhor compreensão do que foi realizado. -----

Teve a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, corroborando com o seu colega de bancada e acrescentando que gostaria de saber o assunto da reunião com a senhora Paula Falcão e com o senhor Madeira. Terminou a intervenção referindo que as fotocópias dos documentos apresentados poderiam ter sido a preto e branco por uma questão de económica. -----

Teve a palavra o **Presidente da Junta, Rui Canas**, que após concordar com o que tinha sido referenciado pelos membros da Assembleia, referiu que eram as tais pequenas arestas que faltavam limar relacionadas com a informação qualitativa, porque a quantitativa tinha-se conseguido. Quanto à reunião com a senhora Paula Falcão tinha consistido na apresentação de um projeto desta artista à Junta para, possivelmente, futuras exposições. A reunião com o senhor Madeira foi relacionada com a Urbanização dos Golfinhos que necessita de umas quantas reparações. Terminou a sua intervenção referindo que o contrato que a Junta tem com a empresa fornecedora dos fotocopiadores é apenas de manutenção não interfere nas fotocópias, que tanto podem ser a cores como a preto e branco. -----

Teve a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, questionando que gostaria de saber o assunto da reunião que a Junta tinha tido com o senhor Rui Caniço e qual o motivo por ter reunido com todo o pessoal no Mercado do Livramento. Terminou dando opinião de que as fotocópias para além de serem a preto e branco também poderiam ser feitas na frente e verso.

Interveio a Presidente da Mesa referindo que na página 24 da Informação do Presidente havia um lapso de escrita ou seja mencionaram que tinham “efetuado um total de 292 registos, licenciamentos e eliminações de canídeos” e tinham ficado sem saber se foram registos novos ou eliminações. Seguidamente referiu que por uma questão de economizar papel também concordava que os documentos fossem feitos na frente e verso, facto que já havia sugerido anteriormente.-----

Teve a palavra o **Presidente da Junta, Rui Canas**, referindo que quanto à questão dos documentos fotocopiados conterem frente e verso, também concordava e iria comunicar aos serviços administrativos. Seguidamente esclareceu que a senhora Paula Falcão era uma artista conceituada, que trabalhava em cortiça e veio apresentar à Junta a proposta de realizar um projeto para dar um conjunto de ações de formação nesse tipo de trabalho. Quanto ao senhor Madeira, referiu que o senhor tinha sido o promotor imobiliário da Urbanização “os Golfinhos”, na Estrada das Machadas e tinha vindo apresentar algumas reclamações quanto ao asfalto e à limpeza daquela zona. Terminou a sua intervenção, referindo que o motivo, da Reunião que teve lugar no Mercado do Livramento com o pessoal, esteve relacionado não só com a alteração do Executivo da Junta como também para que todo o pessoal se conhecesse mutuamente. -----

Teve a palavra o membro do PS, **Paulo Gomes**, referindo que as fotocópias a cores não o chocavam, pois quem informa gosta de o fazer bem e com algum gosto e estética, para além de que não seria por aí que as coisas mudavam, inclusivamente os custos não serão assim tão excessivos e para quem lê também é mais agradável, até porque a forma como os documentos têm sido feitos e apresentados tem sofrido uma mudança positiva. -----

Teve a palavra a membro da bancada do Bloco Esquerda, **Silvana Paulino**, questionando se a entrega de resíduos na Câmara tem algum retorno económico para a Junta, página 10. -----

O Presidente da Junta, **Rui Canas**, respondeu-lhe que não, uma vez que este processo estava incluído no Protocolo de Competências entre a Junta e a Câmara. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, **João Inácio**, salientando de que tinha sido com agrado que tinha ouvido o comentário sobre a reunião com o pessoal, porque quando pertenceu ao Executivo nunca houve nenhuma reunião de apresentação, apesar de ter sido solicitada várias vezes, o que achou curioso. Terminou mencionando que se a reunião existiu ele nunca teve conhecimento, nem tinha sido informado. -----

Em resposta o Presidente da Junta, **Rui Canas**, referiu que quando o membro João Inácio pertenceu ao Executivo, realizaram-se várias reuniões com o pessoal das quais o Executivo teve conhecimento podendo participar, no entanto nunca compareceu. Terminou salientando que, há semelhança do que sempre se fez, aquando da reunião com o pessoal não se fizeram convocatórias. -----

Teve a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que na penúltima Sessão tinha solicitado o Relatório Trimestral da Descentralização e o número completo dos funcionários e os valores, no entanto não tinha recebido. Quanto ao Controlo Orçamental estava dentro dos parâmetros que eram esperados, salientou no entanto a questão das horas extraordinárias ser um assunto importante e supostamente a Junta estava no limite, ou tinha funcionários a menos ou tinha alguém a exercer funções fora de horas. Também existem pontos que vêm do ano passado com verbas sem utilização e continua a estar mencionado a Requalificação do Mercado. Terminou questionando se os pontos mencionados seriam feitos até ao fim do ano ou não. -----

Teve a palavra o membro do PS, **Paulo Silva**, questionando se as verbas onde estão mencionados cento e dez mil euros, se vão ser executadas até ao fim do ano, como por exemplo as instalações sanitárias, os Parques Infantis, a aquisição da câmara frigorífica e a Requalificação do Mercado. ---

Teve a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, questionou a razão por que o IMI estava projetado acima das verbas previstas pelo orçamento. -----

Teve a palavra o **Presidente da Junta, Rui Canas**, começando por dizer que em relação às horas extraordinárias tinham um problema estrutural, ou seja os trabalhadores CEI não podiam fazer horas o que implicava uma subcarga nos outros. Quanto ao IMI foi colocada uma verba igual à que tinham recebido no ano passado. Até ao fim do ano iriam ser feitas várias obras, cujas verbas tinham que estar orçamentadas, por isso estavam mencionados os Parques Infantis, que seriam três, a Restruturação do Mercado, a aquisição de uma Câmara Frigorífica e outras pequenas obras. Quanto ao Mercado que irá ser a maior obra, está previsto começar em Outubro com os nossos trabalhadores e com a ajuda de técnicos para que tudo fique conforme as exigências da ASAE ou seja legalmente, no entanto os vendedores vão ser colocados, provisoriamente, noutra local com o acordo da APSS, que para além de nos facultar o referido local, também ficou de participar na obra arranjando as paredes exteriores. No que respeita à aquisição de uma câmara frigorífica será para substituir a que existe atualmente no Mercado e está velha. No que respeitava à adaptação dos Polos, referiu que só faltava o da Anunciada que iria ficar com uma sala para atendimento ao público e outra para a Ação Social e que o antigo Polo de São Julião tinha sido reestruturado e já estava concluído. -----

Teve a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, questionando como iriam proceder nos ultimos três meses em relação às horas extras do pessoal. -----

Em resposta o **Presidente da Junta, Rui Canas**, disse que nos próximos três meses não iriam haver tantos eventos e no que respeitava ao setor operacional também não havia tanto mato para cortar nem era altura para dar herbicida pelo que as horas normais davam para fazer o trabalho normal. No caso do pessoal do quadro, desde que o Executivo justificasse a necessidade das horas-extras e houvesse verba no orçamento, poderiam ultrapassar o limite estipulado.-----

Não havendo mais intervenções a **Presidente da Mesa** deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos e passou ao **quarto ponto da ordem de trabalhos – APRECIACÃO DA NORMA DE CONTROLO INTERNO**, referindo que este documento já deveria ter vindo à Assembleia em abril pois deve ser votado juntamente com a prestação de contas. Foi apresentado a título informativo e não carece de votação.

Teve a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que este documento é importantíssimo, chamou a atenção para a parte do imobilizado que era de mil novecentos e noventa e estava completamente desatualizado, portanto deixaria para uma próxima Sessão para quando estivesse atualizado. -----

O Presidente da Junta, **Rui Canas**, em resposta informou que estavam a atualizar o inventário e só depois atualizariam o imobilizado, era uma questão de tempo e disponibilidade. -----

Em seguida a **Presidente da Mesa** passou ao quinto ponto da ordem de trabalhos, mas o Presidente da Junta, **Rui Canas**, interveio **solicitando a retirada do ponto cinco da ordem de trabalhos do dia – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ADESÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL AO CONTRATO DE AUTONOMIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA DO BOCAGE**; justificando que por ter tido algumas dúvidas sobre este assunto solicitou ao jurista que analisasse o documento e também ele foi da opinião que tínhamos que rever e analisar este contrato em conjunto com a Escola.-----

A **Presidente da Mesa** referiu que uma vez o ponto cinco retirado, passavam ao **sexto ponto da ordem de trabalhos do dia – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO**; colocando o mesmo para discussão. No entanto continuou a sua intervenção referindo que o mesmo já tinha sido apresentado na Assembleia onde tinham sido feitas algumas alterações e agora regressara. -----

Mencionou o facto de que quando foi apresentado pela primeira vez, nos critérios de avaliação foi referido que um dos critérios era discriminativo para muitas das Associações, ou seja a alinea b) do ponto 2 – onde diz que um dos critérios gerais serão a participação e iniciativas lançadas pela Junta de Freguesia e este ponto não foi alterado por decisão do Executivo, assim como outro critério de ponderação que é a inexistência de protocolo com a autarquia, alinea g) do mesmo ponto. -----

Seguidamente não havendo nenhuma intervenção colocou o mesmo para aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Uma vez passar das vinte e quatro horas, a Presidente da Mesa colocou à consideração dos membros da Assembleia se continuavam os trabalhos ou se os suspendiam. Ficou acordado continuar. Seguidamente deu por aberto o **sétimo ponto da ordem de trabalhos – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE PARECER SOBRE OS DIPLOMAS REFERENTES AOS PROJETOS DE LEI NÚMEROS 980/981/982**; -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que como tinham reparado não tinham sido colocados, na convocatória, três pontos separados, apesar de terem que ser feitos três pareceres, no entanto como o cariz de qualquer das propostas é o mesmo, poder-se-iam debater e analisar em conjunto e votados em separado e após votação seria elaborado o devido parecer que seria enviado para a Assembleia da República e passou a explicar que por iniciativa do Partido Comunista Português, tinha sido apresentado na Assembleia da República três propostas que visavam a criação da Freguesia de Santa Maria da Graça, da criação de São Julião e da criação da Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, ou seja retomar aquilo que estava antes de terem sido unidas as três freguesias. Seguidamente colocou este ponto para discussão-----

Teve a palavra o membro da bancada do PC, António Freixo, referindo que como todos sabiam a bancada do Partido Comunista e dos Verdes sempre foram contra a agregação das três freguesias; na altura votando contra e expondo sempre as suas razões sobre este assunto, para além de que, também, sempre disseram que na primeira oportunidade voltariam a colocar o assunto na Assembleia da República. Continuou, referindo que de acordo com o que pensavam na altura, a extinção destas freguesias, propostas pelo governo do PSD e do CDS, assentou no empobrecimento do nosso Regime Democrático. Foi envolto em argumentos de eficácia e coesão territorial, que conduziu á perda de proximidade, à redução de milhares de eleitos de freguesia e á redução da sua capacidade de intervenção. Contrariamente ao prometido o governo também reduziu a participação das freguesias nos impostos diretos, que também tinha sido prometido dar uma percentagem desses impostos diretos e em vez disso reduziu. Chegados aqui, não que estejamos descontentes com o Executivo da União das Freguesias, pois não é isso que está em causa, no entanto mantêm a mesma

posição ou seja são contra a junção das três freguesias e portanto a bancada do PCP na Assembleia da República irá propor que a situação destas três freguesias volte exatamente como era antigamente, respetivamente Freguesia de N^a S^a da Anunciada, de S. Julião e de Santa Maria da Graça, todas com a mesma área que possuíam anteriormente, por isso solicitamos ao senhor Presidente que não fizesse muitas obras nas Juntas de Freguesia para não cativar o espaço principalmente na Anunciada, porque pretendemos que volte a funcionar como antigamente. Terminou referindo que a bancada do PC, assim que a Assembleia da República tenha as informações devidas, irá apresentar novamente este assunto tal e qual como tinham prometido aos Setubalenses e aos eleitos. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PCP, Alberto Pereira, referindo que normalmente este assunto das freguesias é um assunto pouco debatido, porque ao falarem de poder local há tendência de o relacionarem com Câmaras Municipais e as freguesias são esquecidas. *“As freguesias existiam apenas como entidades religiosas, chamadas Paróquias. Portugal em 1800 estava dividido em 3688 Paróquias que eram apenas entidades religiosas. Quando Mouzinho da Silveira, em 1836, passa a Legislador Principal do Governo, governo liberal na altura sendo ele muito anticlerical, então para quebrar o poder que a Igreja Católica tinha nessa altura em Portugal, pega nas Paróquias que existiam, e dentro da Paróquia cria a Junta Civil da Paróquia com 3 pessoas, que geralmente eram escolhidas pelo Presidente da Câmara e que trabalhavam na Sacristia da Igreja e administravam civilmente a Junta da Paróquia, ou seja no mesmo Edifício – Igreja – era Paróquia para efeitos religiosos e Junta Civil da Paróquia para tratar dos caminhos, fontes, etc...a Junta funcionava na zona rural tendo divisões policiais que serviam para prender os desordeiros, etc... A partir daqui todos os governos depois de 1844, 1890, foram sucessivamente adaptando este sistema e passaram a criar a Junta de Freguesia Civil deixando de estar ligada à Igreja, mesmo a nível de Instalações passando a uma entidade distinta. O termo Freguesia e Freguês vem do termo File-Iglésias que quer dizer filho da Igreja, ou seja todos os que viviam na zona da Paróquia eram filhos da Igreja. Isto mantém-se até 1974, mesmo Marcelo Caetano quando faz o Código Administrativo em 1940 mantém mais ou menos a estrutura. As Junta de Freguesia funcionavam sempre nas Zonas Rurais bem pois tinham uma serie de problemas muito práticos, os caminhos, as divisões de terrenos, administravam as fontes, os moinhos, etc... Na zona Urbana as Juntas de Freguesia tiveram sempre uma função muito reduzida, emitiam certificados e pouco mais, só após o 25 de Abril é que sofreram uma transformação, passam a ter mais autonomia sendo criada uma figura que é a Assembleia de Freguesia, novidade do 25 de Abril, pois nunca existiu ao longo da história e é criado o Executivo. Em duzentos anos, entre 1800 e 2000, as Junta passaram de 3600 para 4200, Portugal criou mais 580 Juntas de Freguesia.”* Em sua opinião, para um País tão pequeno eram muitas Juntas de Freguesia. Com a reforma de 2014 imposta pela TROIKA perdemos 1200 Juntas, ficamos com 3100, praticamente voltamos ao que eram no ano de 1800. Referiu que, pessoalmente estava de acordo na redução de muitas Juntas de Freguesia principalmente nas zonas Urbanas, nas Rurais talvez não, no entanto em Setúbal não via problema nenhum em que São Julião e Santa Maria formassem uma única Junta, no entanto não fazia sentido que a antiga Junta da Anunciada, composta por uma grande zona rural, estivesse junta com as Juntas urbanas. Terminou dizendo que iria votar a favor desta proposta, apesar de ter dúvidas de que seria aprovada.-----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que fazendo sentido a maioria das coisas sérias que o membro, Alberto Pereira disse, o Partido Socialista apesar de não concordar com todos os pressupostos das propostas apresentadas pelo PCP vai votar favoravelmente pois considera que este processo deve regressar ao seu início e devidamente reavaliado exatamente pelo que o professor disse. -----

A Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções colocou para aprovação o **Projeto de Lei n^o 980/XII** (Criação da Freguesia de Santa Maria da Graça, no Concelho de Setúbal, Distrito de

Setúbal), da iniciativa do Partido Comunista Português; o qual ficou aprovado por maioria com 14 votos a favor (7 PS; 7 CDU), 4 votos contra (da Coligação Por Setúbal, Por Si) e 1 abstenção (1 BE). -----

A Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções colocou para aprovação o **Projeto de Lei nº 981/XII** (Criação da Freguesia de São Julião, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal), da iniciativa do Partido Comunista Português; o qual ficou aprovado por maioria com 14 votos a favor (7 PS; 7 CDU), 4 votos contra (da Coligação Por Setúbal, Por Si) e 1 abstenção (1 BE). -----

A Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções colocou para aprovação o **Projeto de Lei nº 982/XII** (Criação da Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal), da iniciativa do Partido Comunista Português; o qual ficou aprovado por maioria com 14 votos a favor (7 PS; 7 CDU), 4 votos contra (da Coligação Por Setúbal, Por Si) e 1 abstenção (1 BE). -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa informando que após o parecer estar feito seria enviado via correio eletrónico para todos os membros da Assembleia e seria dado um prazo para, no caso de não concordarem com algo, comunicarem à Junta antes de ser enviado para a Assembleia da República. Antes de encerrar a Sessão a Presidente da Mesa, Ana Pereira, referiu que por lapso não tinha informado no princípio da reunião que tinha recebido dois convites para estar presente como representante da Assembleia de Freguesia, um tinha sido o 40º aniversário do Grupo Desportivo e Recreativo do Casal das Figueiras, no Casarão, no qual não pode estar presente, mas tinha solicitado à 1ª Secretária da Assembleia, Donatília Moço, que a representasse. O outro evento tinha sido a Noite de Fados, inserido nas Comemorações Bocageanas realizado pelo Grupo Desportivo Fonte Nova, em que tinha participado como representante da Assembleia da União das Freguesias de Setúbal. -----

Não havendo mais nenhuma intervenção nem nenhum assunto a tratar, a Presidente da Mesa, após ler as deliberações feitas em minuta desta ata, colocou a mesma para votação, a qual ficou aprovada por unanimidade e deu por encerrada a Sessão, quando eram zero horas e vinte minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e quinze.-----

E para constar se lavrou a presente ata que contem doze páginas e que depois de aprovada em Sessão da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada e autenticada pelos membros da Mesa. -----

REDIGIDA E DACTILOGRAFADA POR: Maria Luísa Marques
CORRIGIDA POR: Ana Pereira

Presidente da Assembleia de Freguesia

Ana Pereira

1ª Secretária

Donatília Moço

2ª Secretária

[Assinatura]

Não à realização dos exercícios militares da NATO na Baía do Sado

Proibido e
28/09/2015

~~CS~~
reprovação
e/11 votos
certu

Entre o início de Outubro e o início de Novembro de 2015 a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) prevê realizar em Portugal, Espanha e Itália um dos seus maiores exercícios militares desde que foi criada, envolvendo mais de 40 países e 25 mil efectivos. Ao Porto de Setúbal e a Troia foi atribuído a função de plataforma logística de entrada de viaturas e de outros equipamentos e meios militares.

A NATO é uma aliança belicista, formada por 28 países da Europa e da América do Norte, constitui uma extensão do poder militar dos EUA e actua em função dos seus interesses.

A NATO foi a ferramenta da guerra contra os povos da Jugoslávia, em 1999, do Afeganistão, em 2001, da Líbia, em 2011, da desestabilização da Ucrânia, da instrumentalização da Europa na implementação da estratégia agressiva dos EUA, através da manutenção de armas nucleares em vários países europeus, ou da criação do chamado "escudo anti-missil".

Num momento em que se multiplicam situações de tensão, de conflito e de guerra - inclusive na Europa e no Mediterrâneo - e aumenta a insegurança e a instabilidade internacionais, os exercícios militares da NATO não podem deixar de merecer o mais expressivo repúdio, pois representam mais um passo para tentar impor a NATO como instrumento de agressão global.

Num momento em que em vários países, incluindo Portugal, são pedidos "sacrifícios" e retirados os direitos, lançando milhões na pobreza, a NATO coloca como objectivo o aumento das despesas militares, quando no conjunto dos países membros já representam de longe a maior fatia dos gastos militares globais, que em 2014 atingiram os 1,8 mil milhões de dólares, na corrida à guerra e a novos e mais destrutivos armamentos.

Confrontados com os objectivos agressivos destes exercícios, os portugueses e portuguesas comprometidos com a causa da Paz, da cooperação, do progresso e da justiça social não podem deixar de repudiar a realização dos exercícios militares da NATO, contrários à letra da Constituição da República Portuguesa que defende a «dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem

internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos».

Assim, a Assembleia da União das Freguesias de Setúbal (S. Julião, N.ª Sr.ª Anunciada e St.ª Maria da Graça), reunida a 28 de Setembro de 2015, delibera exigir das autoridades portuguesas o cumprimento das determinações da Constituição da República Portuguesa e da Carta das Nações Unidas, em respeito pelo direito internacional, pela soberania dos Estados, pelo direito à autodeterminação e pela igualdade de direitos dos povos, pelo direito à Paz.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "António Reis". The signature is fluid and cursive, with a large initial 'A' and 'R'.



3
recolhido a
28/09/2015
AS
Aprovado por
comunidade

Moção

Sobre a situação dos refugiados e imigrantes na Europa

Nos últimos meses, o mundo tem sido confrontado com o agravamento do drama humano do movimento de refugiados e imigrantes oriundos de várias regiões do continente africano e do médio oriente.

Em fuga à pobreza, à guerra e à morte, centenas de milhares de seres humanos, arriscam a vida em luta pela sobrevivência, carregando consigo dramáticas histórias de vida.

O direito à vida e à dignidade, direitos fundamentais reconhecidos na Carta das Nações Unidas, estão em perigo, num mundo que se revela cada vez mais perigoso e incapaz de assegurar a paz e o desenvolvimento harmonioso entre as comunidades humanas e a natureza.

A situação que se vive tem causas e responsáveis, não aconteceu por mero acaso, o actual modelo de organização económica e social dominante à escala planetária revela o seu carácter desumano, explorador e agressivo, promovendo processos de desestabilização em vários pontos do globo, guerras de agressão e políticas de domínio económico e de saque dos recursos naturais.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, reunida em Sessão Ordinária, no dia 28 de Setembro de 2015, não podendo ficar indiferente a esta situação, delibera:

- 1- Afirmar que a solução deste grave problema passa obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos, incluindo sociais e laborais, e do direito dos povos ao desenvolvimento; pelo abandono da política de repressão e de militarização desta questão – que apenas aprofunda as causas e alimenta as redes de imigração ilegais; pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas da imigração em massa - ou seja, pelo fim das políticas de guerra e ingerência, pelo fim das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência dos Estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos;



- 2- Manifestar o seu repúdio perante as tentativas de confundir o direito à sobrevivência de centenas de milhares de pessoas com uma ameaça, abrindo campo ao racismo, à xenofobia e à acção criminosa de grupos nazi-fascistas;
- 3- Exigir que o Estado português, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tome as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes, numa expressão de solidariedade do Estado português para com os povos vítimas de agressões e políticas anteriormente referidas, integrando-os no plano social, económico e laboral;
- 4- Condenar aqueles que, a pretexto do drama humanitário, apontam como caminho novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano, semeando mais guerra e morte;
- 5- Pugnar para que a União Europeia altere a sua atitude, deixando de promover focos de instabilidade nas regiões em causa, criando rotas seguras e legais para os migrantes e promovendo a integração destes nos países de acolhimento;
- 6- Recomendar à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal que, no quadro das responsabilidades da Administração Central do Estado português, se junte no esforço de integração destas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e humanismo das populações do concelho de Setúbal.

Setúbal, 28 de Setembro de 2015

Os eleitos da CDU,

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV





28/09/2015

• Aprovado por
maioria

Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Setúbal

Moção

Considerando que:

1. O Art. 1º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, define que este imposto constitui receita dos municípios onde se localizem os prédios sobre os quais o imposto incida;
2. Fruto da reavaliação tributária dos prédios urbanos, bem como do incremento da taxa aplicada, a receita da Câmara Municipal de Setúbal com o IMI subiu de 7,2 M € em 2004 para 24,4 M € em 2014 – o que consubstancia um aumento de 339%;
3. A Câmara Municipal de Setúbal tem o dever de dosear a carga fiscal que de si depende, aplicando taxas consentâneas com as suas necessidades financeiras mas que, ainda assim, não se consubstanciem numa reiterada perda de poder de compra das famílias setubalenses e azeitonenses, permitindo que estas injetem esse dinheiro na economia local. Mais liquidez na economia local permite mais investimento, melhor desenvolvimento, e, a médio prazo, aumento das receitas da Câmara Municipal de Setúbal;
4. O Partido Socialista vem defendendo há vários anos a redução progressiva da taxa de IMI aplicada aos prédios urbanos pela Câmara Municipal de Setúbal;
5. Em política tomam-se opções, que devem ser assumidas com clareza e frontalidade. Em Setúbal, a opção do PCP e do PEV é até contrária ao programa eleitoral com que se apresentam às eleições legislativas, e que defende a redução da taxa máxima de IMI para 0,4%. Em Setúbal, governa-se contra tudo e contra todos – particularmente contra os cidadãos. Em Setúbal, ignora-se que o dinheiro dos impostos é dinheiro dos contribuintes;



6. Na votação que decorreu na Sessão da Assembleia Municipal de 25 de Setembro de 2015, o Presidente da Junta de Freguesia de União de Freguesias de Setúbal votou favoravelmente a aplicação de uma taxa de IMI de 0,5% sobre os prédios urbanos;
7. Votando contra os interesses dos seus fregueses, o Presidente desta Junta de Freguesia assume-se assim como cúmplice e co-responsável pela sangria fiscal a que a Câmara Municipal de Setúbal vem sujeitando os seus munícipes, ano após ano;

Reunida em 28 de Setembro de 2015, a Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Setúbal delibera:

1. Manifestar a sua total oposição ao sentido de voto do Presidente da Junta de Freguesia de União de Freguesias de Setúbal na Assembleia Municipal de dia 25 de Setembro;
2. Manifestar a sua solidariedade para com todos os munícipes lesados pela política fiscal municipal, particularmente com os fregueses da nossa Freguesia;
3. Exortar a Câmara Municipal de Setúbal a seguir o exemplo de mais de 90% dos municípios do país, que não oneram os seus cidadãos com a aplicação da taxa máxima do IMI;
4. Dar conhecimento do conteúdo desta moção aos órgãos de comunicação social locais, e fazê-la publicar em todos os jornais do Concelho.

Setúbal, 28 de Setembro de 2015



Bloco de Esquerda

Assembleia da União de Freguesias de Setúbal

Recomendação ao Executivo

2015
28/09/2015
G.S.
①

A lei que criminaliza os maus-tratos contra animais, publicada em Diário da República a 29 de agosto, prevê que "quem, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos físicos a um animal de companhia é punido com pena de prisão, até um ano ou com pena de multa até 120 dias".

A mesma lei indica que para os que efetuarem tais atos, e dos quais "resultar a morte do animal, a privação de importante órgão ou membro ou a afetação grave e permanente da sua capacidade de locomoção", o mesmo será "punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias".

Em relação aos animais de companhia, a lei determina que, "quem, tendo o dever de guardar, vigiar ou assistir animal de companhia, o abandonar, pondo desse modo em perigo a sua alimentação e a prestação de cuidados que lhe são devidos, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa até 60 dias".

O projeto-lei que criminaliza os maus tratos animais foi aprovado no parlamento com os votos favoráveis do PSD, PS, PEV, BE e do CDS-PP, bancada que registou dois votos contra e duas abstenções.

O PCP também optou pela abstenção por considerar que o problema dos maus tratos a animais deve ter como resposta prioritária "medidas preventivas" e por discordar da "criminalização que impõe a aplicação de penas de prisão".

Perante esta posição e atendendo a que em Setúbal, a prevenção neste sentido, é praticamente inexistente, o Bloco de Esquerda, apresenta uma recomendação ao Executivo, para que se empenhe em encontrar uma solução junto com a Câmara Municipal de Setúbal, no intuito de ser instalado no Concelho, um Centro de Recolha, com instalações condignas para recolha de animais de rua, com a intervenção ativa das várias associações dedicadas à proteção animal, que garanta a sua salubridade e um tratamento condigno, e conseqüentemente, também a defesa do ambiente e qualidade de vida dos fregueses-.

(Com o envio para a Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Setúbal)

Setúbal, 28 setembro 2015

Silvana Paulino
Bloco de Esquerda
União de Freguesias de Setúbal